



SIMULADO ESPECIAL

ISS RJ

**Analista de Planejamento e Orçamento
Pós-Edital**

Simulado

Simulado Especial - ISS RJ - Analista de Planejamento e Orçamento

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso ISS-RJ (Analista de Planejamento e Orçamento);
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00** às **13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;

PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-ISS-RJ-Analista-02-07-23>

01 - ABCDE	27 - ABCDE	53 - ABCDE	79 - ABCDE	105 - ABCDE
02 - ABCDE	28 - ABCDE	54 - ABCDE	80 - ABCDE	106 - ABCDE
03 - ABCDE	29 - ABCDE	55 - ABCDE	81 - ABCDE	107 - ABCDE
04 - ABCDE	30 - ABCDE	56 - ABCDE	82 - ABCDE	108 - ABCDE
05 - ABCDE	31 - ABCDE	57 - ABCDE	83 - ABCDE	109 - ABCDE
06 - ABCDE	32 - ABCDE	58 - ABCDE	84 - ABCDE	110 - ABCDE
07 - ABCDE	33 - ABCDE	59 - ABCDE	85 - ABCDE	111 - ABCDE
08 - ABCDE	34 - ABCDE	60 - ABCDE	86 - ABCDE	112 - ABCDE
09 - ABCDE	35 - ABCDE	61 - ABCDE	87 - ABCDE	113 - ABCDE
10 - ABCDE	36 - ABCDE	62 - ABCDE	88 - ABCDE	114 - ABCDE
11 - ABCDE	37 - ABCDE	63 - ABCDE	89 - ABCDE	115 - ABCDE
12 - ABCDE	38 - ABCDE	64 - ABCDE	90 - ABCDE	116 - ABCDE
13 - ABCDE	39 - ABCDE	65 - ABCDE	91 - ABCDE	117 - ABCDE
14 - ABCDE	40 - ABCDE	66 - ABCDE	92 - ABCDE	118 - ABCDE
15 - ABCDE	41 - ABCDE	67 - ABCDE	93 - ABCDE	119 - ABCDE
16 - ABCDE	42 - ABCDE	68 - ABCDE	94 - ABCDE	120 - ABCDE
17 - ABCDE	43 - ABCDE	69 - ABCDE	95 - ABCDE	121 - ABCDE
18 - ABCDE	44 - ABCDE	70 - ABCDE	96 - ABCDE	122 - ABCDE
19 - ABCDE	45 - ABCDE	71 - ABCDE	97 - ABCDE	123 - ABCDE
20 - ABCDE	46 - ABCDE	72 - ABCDE	98 - ABCDE	124 - ABCDE
21 - ABCDE	47 - ABCDE	73 - ABCDE	99 - ABCDE	125 - ABCDE
22 - ABCDE	48 - ABCDE	74 - ABCDE	100 - ABCDE	126 - ABCDE
23 - ABCDE	49 - ABCDE	75 - ABCDE	101 - ABCDE	127 - ABCDE
24 - ABCDE	50 - ABCDE	76 - ABCDE	102 - ABCDE	128 - ABCDE
25 - ABCDE	51 - ABCDE	77 - ABCDE	103 - ABCDE	129 - ABCDE
26 - ABCDE	52 - ABCDE	78 - ABCDE	104 - ABCDE	130 - ABCDE

LÍNGUA PORTUGUESA

Felipe Luccas

TEXTO 1

O QUE É UMA FALÁCIA?

Na lógica e na retórica, uma falácia é um argumento logicamente inconsistente, sem fundamento, inválido ou falho na capacidade de provar eficazmente o que alega. Argumentos que se destinam à persuasão podem parecer convincentes para grande parte do público apesar de conterem falácias, mas não deixam de ser falsos por causa disso.

01. Sobre esse texto, é correto afirmar que:

- a) a expressão inicial “na lógica e na retórica” mostra a tentativa argumentativa de detalhar o conceito de retórica;
- b) o termo “mas” corrige uma informação equivocada que está presente no primeiro período;
- c) o segundo período do texto confirma a ideia inicial do texto, ampliando as informações já fornecidas;
- d) o último período do texto mostra uma conclusão retirada dos dois períodos anteriores;
- e) as informações finais do texto refutam as fornecidas no primeiro período.

02. Uma inferência válida a partir do texto é que:

- a) lógica e retórica são noções diferentes
- b) a lógica tolera mais argumentos falsos
- c) a retórica é uma argumentação falsa
- d) a persuasão depende de falácias
- e) argumentos inconsistentes são mais convincentes

03. Argumentos que se destinam à persuasão podem parecer convincentes para grande parte do público apesar de conterem falácias, mas não deixam de ser falsos por causa disso.

No período acima, a ênfase recai sobre a informação de que:

- a) argumentos são convincentes apesar da sua falsidade
- b) argumentos falaciosos convincentes não deixam de ser falsos
- c) argumentos destinados à persuasão podem parecer convincentes
- d) argumentos que não se destinam à persuasão podem ser verdadeiros
- e) grande parte do público quer argumentos convincentes

04. O texto acima se caracteriza como

- a) uma definição conceitual
- b) uma exposição de motivos
- c) uma sequência lógica
- d) uma narração de conceitos
- e) uma descrição de raciocínios

TEXTO 2

O texto a seguir expande as considerações sobre o tema “falácias”. Analise-o e responda às questões abaixo.

Reconhecer as falácias é por vezes difícil. Os argumentos falaciosos podem ter validade emocional, íntima, psicológica, mas não validade lógica. É importante conhecer os tipos de falácia para evitar armadilhas lógicas na própria argumentação e para analisar a argumentação alheia.

É importante observar que o simples fato de alguém cometer uma falácia não invalida toda a sua argumentação. Ninguém pode dizer: “Li um livro de Rousseau, mas ele cometeu uma falácia, então todo o seu pensamento deve estar errado”. A falácia invalida imediatamente o argumento no qual ela ocorre, o que significa que só esse argumento específico será descartado da argumentação, mas pode haver outros argumentos que tenham sucesso. Por exemplo, se alguém diz: “O fogo é quente e sei disso por dois motivos: 1. ele é vermelho; e 2. medi sua temperatura com um termômetro”.

Nesse exemplo, foi de fato comprovado que o fogo é quente por meio da premissa 2. A premissa 1 deve ser descartada como falaciosa, mas a argumentação não está de todo destruída.

05. Pelo raciocínio acima disposto,

- a) a conclusão sobre o fogo é falaciosa
- b) a temperatura do fogo não prova que ele é vermelho
- c) o fogo não é vermelho de fato, mesmo sendo quente
- d) não é possível saber a temperatura pelo termômetro
- e) ser vermelho não comprova nem refuta ser quente

06. O texto acima identifica um exemplo de falácia, em seu sentido mais amplo de “raciocínio logicamente inconsistente” usado para soar convincente, mesmo sendo falso; assinale o trecho em que se encontra:

- a) Os argumentos falaciosos podem ter validade emocional, íntima, psicológica, mas não validade lógica.
- b) “Li um livro de Rousseau, mas ele cometeu uma falácia, então todo o seu pensamento deve estar errado”
- c) cometer uma falácia não invalida toda a sua argumentação
- d) pode haver outros argumentos que tenham sucesso
- e) a argumentação não está de todo destruída

07. “Reconhecer as falácias é por vezes difícil. Os argumentos falaciosos podem ter validade emocional, íntima, psicológica, mas não validade lógica. É importante conhecer os tipos de falácia para evitar armadilhas lógicas na própria argumentação e para analisar a argumentação alheia.”

Do primeiro parágrafo é possível concluir que

- a) reconhecer as falácias por vezes não é difícil
- b) argumentos falaciosos são sempre íntimos
- c) é difícil reconhecer as próprias falácias
- d) é difícil reconhecer as falácias alheias
- e) é fácil reconhecer as falácias alheias

08. “pode haver outros argumentos que tenham sucesso”

Sobre o segmento acima, assinale a alternativa incorreta:

- a) verifica-se uma ideia de restrição
- b) ocorrem apenas duas orações no segmento
- c) a primeira oração não traz sujeito
- d) “outros argumentos” é complemento do verbo “haver”
- e) “outros argumentos” é sujeito posposto do verbo “poder”

09. A oração reduzida em “É importante conhecer os tipos de falácia” poderia ser adequadamente desenvolvida na forma:

- a) que se conheça os tipos de falácia
- b) o conhecimento dos tipos de falácia
- c) que se conheçam os tipos de falácia
- d) que seja conhecido os tipos de falácia
- e) conhecermos os tipos de falácia

10. O texto II foi construído com linguagem impessoal, o que lhe confere maior objetividade. Entre os recursos empregados para obter tal efeito, assinale aquele não se verifica no texto.

- a) emprego de infinitivos impessoais
- b) emprego verbos em terceira pessoa
- c) referências genéricas com pronomes indefinidos
- d) citação de experiência própria em “Li um livro de Rousseau”
- e) emprego de voz passiva com agente omitido

11. Uma das formas de indicar-se a coesão num texto é a utilização de formas de paralelismo em sua construção; a frase abaixo que mostra paralelismo em sua estruturação é:

- a) Comprar um carro e alugá-lo não são atos incompatíveis
- b) Sorte no amor, azar no jogo e atraso no trânsito fazem parte da vida.
- c) Quanto mais difícil é fechar um edital, mais altas são as remunerações;
- d) Pelo ofício circular, recomendou-se aos Ministérios economizar energia e que elaborassem planos de redução de despesas;
- e) No discurso de posse, mostrou determinação, não ser inseguro, inteligência e ter ambição.

12. As preposições, em língua portuguesa, podem ser solicitadas por termos anteriores ou não; entre as preposições (combinadas ou não com artigos) destacadas no texto, aquela que depende sintaticamente de um termo anterior é:

- a) Li um livro de Rousseau
- b) foi de fato comprovado
- c) não está de todo destruída
- d) o simples fato de alguém cometer uma falácia
- e) o fogo é quente por meio da premissa

13. Abaixo aparecem indicados tipos diversos de textos; entre eles, o tipo que apresenta um modelo adequado é:

- a) tipo informativo: livros escolares;
- b) tipo normativo: regulamentos de condomínios;
- c) tipo publicitário: bulas de remédios;
- d) tipo didático: classificados;
- e) tipo instrucional: propaganda de celular.

14. Na frase “João sempre estudou muito, mas seus concorrentes nem sempre fizeram isso”, o verbo fazer substitui toda uma oração.

A frase abaixo em que ocorre o mesmo é:

- a) A mãe pediu que ninguém saísse, mas o filho fez o contrário múltiplas vezes;
- b) Enquanto a maioria estudava apenas teoria, uns poucos faziam exercícios;
- c) Nem todos os servidores públicos fazem as mesmas coisas todos os dias;
- d) Até os bombeiros chegarem, os médicos faziam atendimentos de emergência;
- e) Enquanto o chefe cozinhava a carne, o assistente fazia as sobremesas.

15. A frase em que NÃO há nenhum termo elidido é:

- a) Ela estuda muito, mas eu, não;
- b) Nem todos entendem o texto que leem;
- c) As pessoas não priorizam as mesmas coisas que você;
- d) João estuda tanto quanto o irmão;
- e) Vaidade demais traz grandes prejuízos para a estima.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

16. José é servidor público concursado e está respondendo, em ação ajuizada pelo Ministério Público, pela prática de ato de improbidade administrativa consistente no recebimento de vantagem econômica para facilitar a locação de bem público por preço inferior ao valor de mercado. Foi informado de que a Lei de Improbidade Administrativa passou por mudanças significativas e que uma delas se refere às sanções que poderão ser aplicadas. A respeito desse tema, é correto afirmar que João

- a) não estará mais sujeito à pena de perda da função pública, mas poderá ter os direitos políticos suspensos por prazo não superior a catorze anos.
- b) poderá ser condenado a pagar multa civil correspondente ao triplo do valor do dano causado.
- c) poderá sofrer a sanção de proibição de contratar com o poder público por prazo não superior a quatorze anos, podendo a sanção, excepcionalmente, extrapolar o ente público lesado pelo ato de improbidade.
- d) poderá perder a função pública, sendo que os efeitos jamais poderão se estender aos demais vínculos que o agente porventura possua na Administração.
- e) sofrerá as sanções da Lei de Improbidade de imediato, sendo desnecessário aguardar o trânsito em julgado da sentença condenatória para executá-las.

17. João é o responsável pela condução dos procedimentos licitatórios na autarquia Delta e planejava contratar profissional para a elaboração de estudos técnicos para fins de planejamento de obras a serem realizadas nos anos subsequentes. Nos estudos preliminares, o orçamento para a contratação do projeto ficou estimado em R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e notou-se que diferentes profissionais poderiam prestar o serviço. Alguns meses depois, os órgãos de controle realizaram auditoria na autarquia Delta, concluindo que o procedimento de contratação foi correto, pois atendeu ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

Nesse caso, pode-se dizer que a solução adotada por João foi lícita se:

- a) adotada mediante inexigibilidade de licitação, uma vez que o Tribunal de Contas da União entende que a elaboração de projetos guarda singularidade entre os diferentes profissionais, motivo pelo qual a realização de procedimento competitivo será sempre inviável.
- b) adotada a modalidade concorrência, em virtude do valor estimado da contratação, já que a hipótese extrapola o limite legal para a dispensa de licitação ou para a utilização das demais modalidades de licitação definidas na Lei nº 14.133/2021.
- c) adotada a modalidade pregão, pelo critério de técnica e preço, dada a natureza comum do serviço de elaboração de projetos, hipótese em que a referida modalidade de licitação se torna obrigatória.
- d) a licitação seguiu a modalidade concurso, pelo critério de julgamento de técnica e preço, com adoção da ponderação entre as propostas de técnica e de preço apresentadas pelos interessados.
- e) o critério de julgamento foi o de técnica e preço, na proporção de 70% (setenta por cento) de valoração da proposta técnica, ou de melhor técnica.

18. Em um procedimento licitatório, no momento da apresentação da proposta, poderá ser exigida garantia dos licitantes. Acerca desse tema e com base na Lei nº 14.133/2021, assinale a afirmativa correta

- a) a garantia não pode ser exigida dos licitantes como requisito de pré-habilitação.
- b) quando exigida, não poderá ser superior a 5% do valor estimado para a contratação.
- c) mesmo que a licitação seja declarada fracassada, não há previsão quanto a devolução da garantia ao licitante.
- d) o licitante que não apresente os documentos para a contratação no prazo terá o valor da garantia parcialmente executado, até a assinatura do contrato.
- e) são modalidades de garantia de proposta a caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, o seguro-garantia e a fiança bancária.

19. A Lei de Acesso à Informação dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto na Constituição Federal. **Não está** de acordo com as diretrizes e conceitos trazidos pela Lei nº 12.527/2011:

- a) a autenticidade consiste na qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema.
- b) conceitua-se a informação sigilosa como aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.
- c) para assegurar o direito fundamental de acesso à informação, a lei deve fomentar o desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública.
- d) o sigilo, dada a natureza sensível da atividade estatal, é a regra, aplicando-se o controle social apenas aos casos de informações de interesse público.
- e) a divulgação de informações de interesse público deve ocorrer independentemente de solicitações.

20. Os poderes administrativos representam prerrogativas conferidas aos agentes públicos para que o Estado possa alcançar os seus fins. Nesse sentido, a autoridade responsável por editar ato administrativo fixando o horário de expediente dos servidores da Secretaria da Fazenda do Rio de Janeiro o faz com base no denominado poder

- a) vinculado, que determina a atuação da autoridade em situações gerais e abstratas.
- b) normativo, por se tratar de situação de caráter geral e abstrato.
- c) disciplinar, que fundamenta a edição de atos internos.
- d) de polícia, que regula o âmbito interno da administração pública.
- e) de estruturação, havendo margem de liberdade para decidir organizar ou não a estrutura administrativa.

21. Os Conselhos de Fiscalização Profissional são considerados autarquias federais, com exceção da OAB – Ordem dos Advogados do Brasil. A Ordem é considerada uma categoria ímpar de entidade, sendo um serviço público independente. Essa classificação especial traz diversos questionamentos, quanto ao regime de pessoal, a natureza das suas contribuições e a necessidade ou não de prestação de contas aos órgãos estatais de controle. Acerca do tema, e de acordo com a mais recente jurisprudência dos Tribunais, assinale a afirmativa correta:

- a) a OAB é considerada uma entidade privada integrante da Administração indireta da União, por ser um serviço público independente e categoria ímpar no elenco das personalidades jurídicas existentes no direito brasileiro.
- b) a OAB é uma autarquia federal sob regime especial, e, por isso, deve prestar contas ao Tribunal de Contas da União.
- c) em razão do seu papel constitucional e por ser indispensável à administração da Justiça, a OAB não pode ser submetida ao controle estatal, não se sujeitando à prestação de contas ao Tribunal de Contas da União.
- d) os recursos arrecadados pela OAB possuem natureza pública, o que torna indispensável a prestação de contas aos órgãos de controle externo, como o Tribunal de Contas da União.
- e) por ser autarquia federal, a OAB está vinculada à Administração Indireta e não goza de autonomia e independência.

22. Considere que o Chefe do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro pretenda firmar parceria com Organização da Sociedade Civil, transferindo-lhe recursos financeiros, para oferecer aos cidadãos serviços relacionados à preservação, a conservação e a proteção dos recursos hídricos e do meio ambiente, com a finalidade de atender a interesse público e recíproco, sendo que a iniciativa partiu do próprio governo do estado. Com base no que prevê a legislação sobre as parcerias – Lei nº 13.019/2014, é correto afirmar que:

- a) o instrumento a ser firmado para a celebração da referida parceria é o termo de colaboração.
- b) a entidade e o poder público devem firmar o chamado termo de fomento, para permitir a transferência dos recursos necessários à execução das atividades.
- c) o acordo de cooperação é o instrumento a ser firmado no caso, tendo em vista que o ajuste envolve a transferência de recursos financeiros,
- d) para que possa ser considerada uma organização da sociedade civil, a entidade deve ter personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, independentemente da possibilidade de distribuição de lucro entre os seus sócios ou associados.
- e) o administrador não poderia firmar nenhum tipo de parceria com a entidade mencionada no enunciado, pois a lei veda expressamente que as Organizações da Sociedade Civil tenham como objeto questões ambientais.

23. Os atos administrativos devem, em regra, ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos que levaram à sua prática. Acerca do motivo e da motivação dos atos administrativos, assinale a alternativa correta

- a) a motivação é elemento de formação do ato, estando presente em todos os atos administrativos.
- b) o motivo consiste na demonstração das razões que levaram a administração à prática do ato.
- c) a inexistência dos motivos conduz à anulação do ato e não é passível de convalidação.
- d) a ausência de motivação, quando obrigatória, invalida o ato administrativo, por vício no elemento motivo.
- e) o Brasil não adotou a teoria dos motivos determinantes, razão pela qual a administração pode alterar os motivos para a prática do ato, quando estes forem falsos ou inexistentes.

24. Suponha que o Estado do Rio de Janeiro pretenda conceder alguns trechos de rodovias estaduais, e que para isso pretenda cobrar tarifas dos usuários do serviço. À luz das disposições sobre as concessões de serviços públicos previstas na Lei nº 8.987/1995, é correto afirmar que

- a) a tarifa deverá ser fixada pelo preço da proposta vencedora da licitação, que obrigatoriamente deverá ocorrer na modalidade concorrência.
- b) a concessão do serviço público fica condicionada a existência de serviço público alternativo e gratuito para o usuário.
- c) as tarifas não poderão ser diferenciadas em função das características técnicas e dos custos específicos provenientes do atendimento aos distintos segmentos de usuários.
- d) a criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos legais, após a apresentação da proposta, não implicará a revisão da tarifa.
- e) a concessionária deverá divulgar, em seu sítio eletrônico, de forma clara e de fácil compreensão pelos usuários, tabela com o valor das tarifas praticadas e a evolução das revisões ou reajustes realizados nos últimos cinco anos.

25. Caio leu nos jornais de sua cidade que a Administração local pretende abrir vagas para o cargo de agente de combate a endemias (ACE's). A respeito da forma de seleção desse tipo de agente público e com base no entendimento dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta

- a) a exceção do concurso público para os cargos de agente de combate a endemias foi considerada inconstitucional pelo STF, uma vez que viola o princípio da igualdade de acesso aos cargos públicos.
- b) para contratação dos ACE's não é necessária a realização de concurso público, sendo uma exceção considerada constitucional pelo STF, baseada na necessidade de atender às peculiaridades da função desempenhada.
- c) a exceção do concurso público para os cargos de agente de combate a endemias foi considerada constitucional, sendo desnecessária qualquer forma de seleção entre os candidatos.
- d) o legislador ordinário não poderá definir, a seu critério, o regime jurídico aplicável aos agentes de combate às endemias, por se tratar de matéria reservada à Constituição.
- e) em qualquer caso, a contratação de agentes de combate a endemias deverá ocorrer por processo seletivo simplificado, adotando-se, em regra, o regime de contrato temporário, dada a natureza excepcional da atividade.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Emerson Bruno

26. Theobaldo é Presidente da República e diante de conflito internacional é orientado pelo Palácio do Itamarati (Ministério das Relações Exteriores) a se manifestar conforme os princípios que regem a República Federativa do Brasil em suas relações internacionais. Enquanto integrante da assessoria do Presidente da República e de acordo com as disposições da CF 88, assinale a opção correta acerca dos princípios fundamentais que regem as relações diplomáticas do Brasil na ordem internacional.

- a) Em casos de profunda degradação da dignidade humana em determinado Estado, o princípio fundamental internacional da prevalência dos direitos humanos sobrepõe-se à própria soberania do Estado.
- b) O princípio da independência nacional conduz à igualdade material entre os Estados, na medida em que, na esfera econômica, são iguais as condições existentes entre eles na ordem internacional.
- c) O princípio da não intervenção é absoluto, razão por que se deve respeitar a soberania de cada um no âmbito externo e por que nenhum Estado pode sofrer ingerências na condução de seus assuntos internos.
- d) Em razão do princípio fundamental internacional da concessão de asilo político, toda pessoa vítima de perseguição, independentemente do seu motivo ou de sua natureza, tem direito de gozar asilo em outros Estados ou países.
- e) A concessão de asilo político consiste não em princípio que rege as relações internacionais, mas em direito e garantia fundamental da pessoa humana, protegido por cláusula pétrea.

27. Diocleciana é delegada da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro. Ao analisar a atuação de uma associação de pessoas, conclui em inquérito policial tratar-se de uma associação de pessoas para fins ilícitos e com ostensivo caráter paramilitar. Com relação ao direito à associação previsto na CF 88, assinale a opção correta.

- a) As atividades das associações somente poderão ser suspensas por decisão judicial.
- b) A liberdade de associação é plena, mesmo para associação de caráter paramilitar.
- c) A criação de associação depende de autorização do poder público.
- d) A associação pode prever, em seu estatuto, hipóteses para compelir alguém a permanecer associado.
- e) As associações, ainda quando não autorizadas expressamente, possuem legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.

28. Segundo a CF, não é privativo de brasileiro nato o cargo de

- a) ministro do STF.
- b) ministro de Estado da Defesa.
- c) carreira diplomática.
- d) oficial das Forças Armadas.
- e) senador da República.

29. Considerando-se as disposições da Constituição Federal de 1988 (CF), é correto afirmar que a subvenção a cultos religiosos e igrejas:

- a) pode ser realizada independentemente de lei, desde que não seja mantida relação de dependência entre um ente federado e eventuais cultos religiosos e igrejas por ele subvencionados.
- b) é admitida no caso de colaboração de interesse público, desde que seja feita na forma da lei.
- c) é legítima se prevista na Lei Orgânica do município, independentemente de caracterizar-se como colaboração de interesse público.
- d) é vedada aos municípios em qualquer hipótese, sendo permitida apenas à União, aos estados e ao Distrito Federal.
- e) somente é admitida no caso de religiões que sejam oficialmente adotadas pelo Estado brasileiro, que consiste em uma federação não laica.

30. Considerando as disposições da CF, assinale a opção correta, no que se refere à acumulação de cargos públicos:

- a) A proibição de acumulação remunerada de cargos públicos na administração direta não admite exceções.
- b) A proibição de acumulação remunerada de cargos públicos não se estende a empregos públicos.
- c) A proibição de acumulação remunerada de cargos públicos abrange o exercício de cargo público privativo de médico concomitante com o exercício de medicina em clínica particular.
- d) A acumulação remunerada de dois cargos públicos de professor é permitida, desde que haja compatibilidade de horários.
- e) Não se estende a sociedades controladas indiretamente pelo poder público a proibição de acumulação remunerada de cargos públicos.

31. Adamastor praticou um crime previsto no Código Penal Brasileiro. Segundo a Constituição Federal, poderá ter direito à fiança aquele que cometer, dentre outros, o crime

- a) de racismo.
- b) de tráfico ilícito de entorpecentes.
- c) de terrorismo.
- d) hediondo.
- e) culposo contra a vida.

32. Maria, por falta de norma regulamentadora, precisa que se torne viável a sua prerrogativa inerente à sua nacionalidade e cidadania. Para garantia desse direito, e conforme a Constituição Federal, Maria poderá impetrar *

- a) mandado de injunção.
- b) mandado de segurança.
- c) habeas data.
- d) ação civil pública.
- e) ação popular.

33. São, entre outras, espécies normativas previstas na Constituição Federal:

- a) lei delegada, resolução, decreto-lei e lei ordinária.
- b) lei complementar, lei ordinária, portaria interministerial e medida provisória.
- c) lei ordinária, deliberação-legislativa, lei complementar e decreto-legislativo.
- d) medida provisória, lei ordinária, resolução e decreto-legislativo.
- e) decreto-legislativo, lei delegada, decreto-lei e lei ordinária.

34. A respeito das propostas de emendas à CF88, um emenda à Constituição será promulgada:

- a) pela Mesa do Senado Federal.
- b) pela Mesa da Câmara dos Deputados Federais.
- c) pela Mesa do Congresso Nacional.
- d) pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
- e) pelo Gabinete da Casa Civil da Presidência da República.

35. Cloroquínio, radicalizado por uma rede ideológica de influenciadores nas mídias sociais, se junta a uma horda de fanáticos, que armados de paus e pedras praticam crimes contra os Poderes Constitucionais com o claro objetivo de atentar contra o Estado Democrático de Direito. Segundo o art. 5º da Constituição Federal, o crime em questão:

- a) é apenas inafiançável.
- b) é inafiançável e imprescritível.
- c) é inafiançável e insuscetível de graça ou anistia.
- d) é apenas imprescritível.
- e) é inafiançável, imprescritível e insuscetível de graça ou anistia.

CONTABILIDADE GERAL E SOCIETÁRIA*Marcondes Fortaleza*

36. Sobre a Lei 6.404/1976, marque a alternativa correta.

- a) No ativo circulante teremos as disponibilidades, os direitos realizáveis no curso do exercício social e as aplicações de recursos em despesas do exercício seguinte.
- b) Na companhia em que o ciclo operacional da empresa tiver duração diferente do exercício social, a classificação no circulante ou longo prazo terá por base o prazo desse ciclo.
- c) O valor obtido por meio de modelos matemático-estatísticos de precificação pode ser o valor justo de instrumentos financeiros.
- d) O valor justo das matérias-primas e dos bens em almoxarifado, o preço pelo qual possam ser repostos, mediante venda no mercado.
- e) Como ajustes de exercícios anteriores serão considerados apenas os decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior que possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

37. Uma empresa do ramo comercial apresentou, no mês de dezembro/2021, os seguintes fatos econômicos:

- I. Venda de mercadorias pelo valor bruto de R\$ 40.000,00, sobre o qual incidem PIS e COFINS, sob o regime cumulativo, e ICMS de 15%.
- II. Desconto incondicional sobre a venda, no valor de R\$ 4.000,00.
- III. Como parte da venda foi efetuada a longo prazo, houve contabilização de ajuste a valor presente do crédito a receber, no valor de R\$ 3.500,00, indedutível para fins tributários.
- IV. O custo das mercadorias vendidas equivale a 35% do valor da Receita Líquida.
- V. A referida empresa é optante pelo regime de tributação do IRPJ com base no lucro presumido e adota o regime de competência para fins de incidência da Contribuição para o PIS e para COFINS.

Informações adicionais:

- As alíquotas cumulativas da Contribuição para o PIS e para COFINS, de acordo com o Art. 124 da Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019 são, respectivamente, de 0,65% e de 3%; e,
- O valor do ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal.

Com base nas informações disponibilizadas, o Resultado com Mercadorias do mês de dezembro/2021 foi:

- a) R\$ 15.025,85
- b) R\$ 15.778,18
- c) R\$ 25.983,10
- d) R\$ 19.164,02
- e) R\$ 16.889,02

38. A companhia MAVIFOR LTDA comprou um equipamento pelo valor de R\$ 90.000,00 que, acrescido de despesas de frete, seguro e instalação, totaliza R\$ 107.500,00. A vida útil calculada para esse maquinário foi de 15 anos, e o valor residual do bem foi estimado em R\$ 7.500,00. A data da aquisição e instalação do equipamento foi em 1º de abril de 2020. A despesa de depreciação calculada e contabilizada, para efeito societário, no ano de 2020, considerando hipoteticamente a data de encerramento do exercício em 31/12, em Reais, foi de:

- a) 3.333,33
- b) 5.000,00
- c) 5.500,00
- d) 6.666,66
- e) 10.000,00

39. A Cia MAVIFOR declarou em 31/12/2020 dividendos no total de R\$ 50.000. Deste montante, R\$ 40.000 representavam o valor do dividendo mínimo obrigatório e o restante era adicional a esse montante.

Os valores no balanço patrimonial da Cia MAVIFOR são reconhecidos da seguinte forma:

- a) R\$ 50.000,00 no Passivo Circulante.
- b) R\$ 40.000,00 no Passivo Circulante e R\$ 10.000,00 no Passivo não Circulante.
- c) R\$ 50.000,00 no Patrimônio Líquido.
- d) R\$ 40.000,00 no Passivo Circulante e R\$ 10.000,00 no Patrimônio Líquido.
- e) R\$ 40.000,00 no Patrimônio Líquido e R\$ 10.000,00 no Passivo Circulante.

40. A empresa MAVIFOR precisava comprar computadores para seus funcionários. Para isso, ela contratou um especialista para indicar qual seria o melhor modelo. Por esse serviço pagou R\$ 1.000,00.

Após definido o modelo, ela comprou os computadores, cujo preço era R\$ 100.000,00. Como o pagamento foi à vista, conseguiu um desconto de 10% sobre o valor.

O frete para receber os computadores foi de R\$ 500,00. Além disso, para receber os computadores em segurança, contratou um seguro no valor de R\$ 250,00.

Quando os computadores chegaram à sociedade empresária, ela gastou R\$ 5.000,00 com um programa antivírus anual, e, R\$ 6.000,00 com os programas básicos essenciais para o funcionamento. Além disso, ofereceu um treinamento para seus funcionários, que custou R\$ 2.500,00.

Depois de concluído o treinamento, a sociedade empresária ofereceu uma festa para promover a expansão, na qual gastou R\$ 10.000,00. Além disso, gastou R\$ 7.000,00 em publicidade, com base na compra dos novos computadores.

A partir das informações acima, assinale a opção que indica o acréscimo no ativo da empresa com a compra dos computadores.

- a) R\$ 96.750,00.
- b) R\$ 99.250,00.
- c) R\$ 97.750,00.
- d) R\$ 103.750,00.
- e) R\$ 106.750,00.

41. O contador de uma Sociedade Empresarial deverá elaborar a Demonstração do Valor Adicionado para o exercício de X1, com base nas seguintes informações:

1. Aquisição à vista de mercadoria no valor de R\$ 2.000,00 com incidência de ICMS calculado à alíquota de 18%;
2. Receita de vendas de mercadorias por R\$ 6.000,00, destacando-se o ICMS (alíquota de 18%);
3. Despesas com pessoal no valor de R\$ 200,00, sendo R\$ 20,00 de contribuições devidas ao INSS;
4. Despesas administrativas que correspondem ao consumo de energia elétrica no valor de R\$ 150,00;
5. Venda de um veículo por R\$ 600,00, cujo custo de aquisição foi de R\$ 500,00 e já estava depreciado em R\$ 150,00;
6. O Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido são calculados à alíquota de 10% sobre o Lucro Líquido; e,
7. O lucro foi distribuído da seguinte forma: 50% com lucros retidos e 50% com juros sobre o capital próprio e dividendos.

Demonstração do Resultado do Exercício	
RECEITA BRUTA	6.000,00
(-) ICMS	(1.080,00)
(=) VENDAS LÍQUIDAS	4.920,00
(-) Custo das mercadorias vendidas	(820,00)
(=) LUCRO BRUTO	4.100,00
(-) Despesas operacionais	-
Salários e encargos	(200,00)
Administrativas	(150,00)
LUCRO NA VENDA DE IMOBILIZADO	250,00
(=) Lucro antes do IR/CS	4.000,00
(-) IR/CS (10%)	(400,00)
(=) LUCRO LÍQUIDO	3.600,00

De acordo com as informações, é correto afirmar que:

- a) O Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade é de R\$ 5.430,00.
- b) O Valor Adicionado distribuído com Impostos, Taxas e Contribuições é de R\$ 1.480,00.
- c) O Valor Adicionado Bruto é de R\$ 5.100,00.
- d) O Valor Adicionado distribuído com Juros s/ Capital Próprio e Dividendos e Lucros Retidos é de R\$ 5.100,00.
- e) O Valor Adicionado recebido em Transferência é de R\$ 150,00.

42. A MAVIFOR tinha prejuízos acumulados de R\$ 20.000,00, mas durante o exercício social apurou lucro. Desse lucro, após destinar R\$ 40.000,00 para imposto de renda e CSLL, a empresa distribuiu 10% em participação de debenturistas, no valor de R\$ 2.000,00, 10% em participação de administradores, no valor de R\$ 1.620,00 e 10% em participação de empregados.

De acordo com as informações acima e com as normas em vigor, podemos dizer que a Cia. MAVIFOR, no final da Demonstração de Resultado do Exercício, vai indicar o lucro líquido do exercício no valor de

- a) R\$ 14.580,00.
- b) R\$ 34.580,00.
- c) R\$ 34.380,00.
- d) R\$ 20.000,00.
- e) R\$ 74.580,00.

43. As informações a seguir representam os fatos considerados relevantes em uma operação de venda efetuada por uma companhia.

dados relativos à venda

- valor – R\$ 50.000, para recebimento em parcela única, após 10 meses
- valor presente do ativo a receber – R\$ 43.000 (no momento da operação)
- valor presente do ativo a receber – R\$ 43.500 (decorrido um mês)

Ainda de acordo com a Lei n.º 6.404/1976 e o Pronunciamento Técnico CPC 12 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, é correto afirmar que, na companhia, a venda deve ser registrada pelo valor de:

- a) R\$ 43.000 e, decorrido um mês da operação, será reconhecida uma receita financeira de R\$ 500 a débito de uma conta retificadora do ativo.
- b) R\$ 43.000 e, decorrido um mês da operação, será reconhecida uma receita financeira de R\$ 500 a crédito de uma conta retificadora do ativo.
- c) R\$ 43.000 e, decorrido um mês da operação, será reconhecida uma receita financeira de R\$ 500 a crédito de uma conta retificadora do passivo.
- d) R\$ 43.000 e, decorrido um mês da operação, será reconhecida uma receita financeira de R\$ 500 a débito de uma conta retificadora do passivo.
- e) R\$ 50.000,00, apenas.

44. A companhia MAVIFOR possuía um imóvel registrado no imobilizado com valor contábil, em 31/12/22, de R\$ 100.000,00. Referido imóvel havia sido reavaliado, razão pela qual a empresa tinha um saldo em reserva de reavaliação de R\$ 5.000,00. Em 01/01/23, a companhia tira o imóvel de uso e destina para valorização de capital, passando a mensurá-lo pelo valor justo que, na ocasião, era de R\$ 93.000,00. O registro contábil da mudança de uso para valorização:

- a) não afetará o valor do PL
- b) diminuirá o resultado em R\$ 7.000,00
- c) diminuirá o resultado em R\$ 5.000,00
- d) diminuirá o PL em R\$ 7.000,00
- e) diminuirá o valor do PL em R\$ 2.000,00

45. A reserva de incentivos fiscais será considerada realizada, sendo computada na determinação do lucro real nos seguintes casos, exceto:

- a) Quando for utilizada para distribuição de dividendos.
- b) No período em que for utilizada para aumento do capital social, no montante capitalizado.
- c) Em cada período de apuração, na proporção em que os ativos adquiridos pela aplicação do ganho de capital diferido sejam realizados por alienação.
- d) Em cada período de apuração, na proporção em que os ativos adquiridos pela aplicação do ganho de capital diferido sejam realizados por depreciação, amortização ou exaustão ou por baixa por perecimento.
- e) No período em que for constituída a reserva de lucro.

ECONOMIA*Amanda Aires*

46. Assinale a alternativa correta considerando uma economia hipotética que opera com pleno emprego e que possui 200 trabalhadores com capacidade de produzir 4 vinhos ou 3 tecidos.

- a) A economia produz 800 tecidos.
- b) Se a economia produz 200 vinhos e 150 tecidos, ela é eficiente.
- c) A produção de 800 vinhos é ineficiente.
- d) Todos os pontos no interior da curva de possibilidades de produção são ineficientes.
- e) Não é possível afirmar nada sobre essa economia.

47. Considere as seguintes equações de oferta e demanda:

demanda: $Q = 20.000 - 150P$;

oferta: $Q = 5.000 + 250P$.

Nesse caso, o preço e a quantidade de equilíbrio são respectivamente iguais a

- a) 37,5 e 14.375.
- b) 27,5 e 8.375.
- c) 37,5 e 9.375.
- d) 47,5 e 9.575.
- e) 27,5 e 14.375.

48. Assinale a opção incorreta em relação a elasticidade-preço da demanda.

- a) Um bem de luxo é um bem normal com elasticidade renda da demanda superior a 1.
- b) A elasticidade de uma demanda linear para preço igual a zero tende para infinito.
- c) Quando a demanda for elástica, a receita do produtor diminuirá quando o preço do bem comercializado aumentar, mantidas as demais variáveis constantes.
- d) Quando um bem for inelástico, a receita aumentará quando se aumentar o preço.
- e) Bens inferiores são mais inelásticos que bens normais.

49. Com relação às estruturas de mercado, assinale a opção incorreta.

- a) As margens de lucros de setores monopolistas são medidas pela diferença entre os preços praticados e seus custos médios.
- b) Igualar o preço ao custo médio de produção em um mercado de monopólio natural é uma estratégia eficiente.
- c) Mercado em concorrência monopolística é caracterizado pela livre entrada de empresas produzindo bens homogêneos.
- d) Em um duopólio à Bertrand, cada empresa escolhe, no equilíbrio, o mesmo preço que escolheria se estivesse no mercado competitivo.
- e) No monopólio natural, cabe apenas uma empresa no mercado.

50. Acerca do sistema de contas nacionais e dos principais agregados macroeconômicos e monetários em uma economia em que não há subsídio à produção, assinale a opção incorreta.

- a) O aumento do nível geral de preços da economia aumenta a demanda por moeda na forma dos meios de pagamento.
- b) O valor do M1 — papel moeda em poder do público mais depósito à vista em banco comercial — é maior que a base monetária.
- c) Nas contas nacionais, o acúmulo de estoques indesejados é contabilizado como consumo das famílias.
- d) Bem produzido, mas não vendido, entra no cálculo do produto interno bruto no ano de sua produção.
- e) A Base monetária é dada pela soma do papel moeda em poder de compra com as reservas totais.

51. Com relação ao produto interno bruto (PIB), assinale a opção correta.

- a) As despesas do governo federal e os investimentos públicos são incluídos no cálculo do PIB como gastos do governo.
- b) O orçamento público dos governos estaduais é incluído como gastos públicos no cálculo do PIB.
- c) Aumentos de preços de imóveis usados não contribuem para o aumento do PIB real.
- d) No cálculo do PIB, considera-se toda a produção nacional ocorrida no país e no exterior.
- e) Se a RLEE for positiva, o PNB é maior que o PIB

52. Sobre as funções do governo na economia, julgue o item correto.

- a) A função alocativa do governo diz respeito à transferência de renda para a população mais vulnerável
- b) A função estabilizadora do governo está associada à estabilização de emprego e preços de uma economia
- c) A função normativa do governo diz respeito ao estabelecimento de regras de funcionamento da economia
- d) A função reguladora do governo diz respeito ao funcionamento de regras dentro da economia.
- e) A função reguladora do governo diz respeito ao estabelecimento das regras de funcionamento da economia.

53. Analise as possíveis características de um certo bem.

- I - O público em geral tem acesso a ele.
- II – É impossível excluir uma pessoa do seu consumo.
- III - Ele é produzido por uma empresa do setor público.
- IV – O custo marginal de produção desse bem é nulo.
- V - Traz benefícios para o público em geral.

Para ser considerado um bem público, deve atender APENAS às características

- a) I e II.
- b) I e V.
- c) II e III.
- d) II e IV.
- e) I, II e III

54. Após longo estudo realizado pelo Ministério da Economia decidiu-se aumentar o valor do imposto sobre a renda dos consumidores. Assim, ao fazer isso, não houve uma modificação no preço dos produtos, que não passaram a incorporar a alta de impostos. Diante da situação apresentada, qual princípio de tributação não foi violado?

- a) Capacidade
- b) Eficiência
- c) Equidade
- d) Neutralidade
- e) Benefício

55. A função desenvolvida pelo Estado com o objetivo de assegurar o ajustamento necessário na apropriação de recursos na economia, visando a correção dentre outras falhas de mercado, das externalidades que fazem com que os preços não reflitam as decisões econômicas, e que por isso abre espaço para a intervenção do governo na economia é denominada função

- a) normativa.
- b) distributiva.
- c) estabilizadora.
- d) alocativa.
- e) Normativa

RACIOCÍNIO LÓGICO-QUANTITATIVO

Eduardo Mocellin

56. Em uma urna há somente fichas brancas, fichas pretas e fichas vermelhas. Para cada ficha branca há cinco fichas pretas e para cada duas fichas pretas há sete fichas vermelhas.

A razão entre a quantidade de fichas pretas e a quantidade total de fichas na urna é:

- a) $\frac{3}{10}$
- b) $\frac{5}{21}$
- c) $\frac{6}{35}$
- d) $\frac{10}{47}$
- e) $\frac{15}{61}$

57. Dez cavalos largaram em uma corrida de 10 posições diferentes. Durante a corrida, apenas três cavalos fizeram ultrapassagens, sempre em momentos distintos. O cavalo que largou na 10ª posição ultrapassou quatro cavalos que estavam à sua frente. Em seguida, o cavalo que largou na 8ª posição ultrapassou cinco cavalos que estavam à sua frente. E, por último, o cavalo que largou na 6ª posição ultrapassou seis cavalos que estavam à sua frente. A corrida terminou e pode-se concluir que o número de cavalos que chegaram depois daquele que havia largado na 2ª posição e antes do cavalo que havia largado na 5ª posição é

- a) 6.
- b) 5.
- c) 4.
- d) 3.
- e) 2.

58. Em uma sala de aula, todos os alunos que gostam de Física gostam também de Matemática. Nessa sala há pelo menos um aluno que gosta de Química e de Física, e há pelo menos um aluno que gosta de Biologia e de Matemática. Nessa sala de aula, é correto afirmar que, necessariamente,

- a) pelo menos um aluno gosta de Química e de Biologia.
- b) pelo menos um aluno gosta de Matemática e de Química.
- c) pelo menos um aluno gosta de Biologia e de Física.
- d) todos os alunos que gostam de Matemática também gostam de Biologia.
- e) todos os alunos que gostam de Química também gostam de Matemática.

59. Considere as afirmações a seguir:

- I. Antônia é feliz e Jacinto é lerdo.
- II. Se Jacinto é lerdo, então Bernardo não é brasileiro.
- III. Bernardo é brasileiro ou Antônia é feliz.
- IV. Jacinto é lerdo.

Sabendo-se que apenas uma das quatro afirmações é falsa e as demais são verdadeiras, pode-se concluir que:

- a) Antônia não é feliz e Jacinto é lerdo.
- b) Antônia é feliz e Bernardo não é brasileiro.
- c) Bernardo é brasileiro e Antônia é feliz.
- d) Bernardo não é brasileiro ou Jacinto não é lerdo.
- e) Se Jacinto é lerdo, então Antônia não é feliz.

60. Arnaldo fez um investimento em uma carteira de criptomoedas. No primeiro mês, as criptomoedas tiveram uma valorização de 8% e, no segundo mês, de 25%. O terceiro mês foi de crise e todas as criptomoedas caíram. Entretanto, no fim do terceiro mês, Arnaldo verificou, com certo alívio, que tinha quase que exatamente o mesmo dinheiro que investiu.

A desvalorização no terceiro mês foi de cerca de:

- a) 22%.
- b) 26%.
- c) 30%.
- d) 33%.
- e) 37%.

61. Três advogados tributaristas receberam um total de R\$ 920.000,00 em honorários por terem reduzido uma dívida tributária de um cliente. Os advogados repartiram o total de honorários em partes inversamente proporcionais ao número de erros cometidos no processo. Um advogado recebeu R\$ 360.000,00 e outro R\$ 240.000,00. Se o advogado que cometeu 12 erros foi o que mais cometeu erros, o total de erros que os três advogados cometeram no processo em questão é

- a) 21
- b) 23
- c) 25
- d) 27
- e) 29

ESTATÍSTICA*Carlos Henrique*

X	Número de observações na amostra
1	10
2	20
3	40
4	120
5	10
TOTAL	200

62. A tabela apresentada mostra as frequências absolutas das observações de uma variável X em uma amostra de tamanho igual a 200. Nesse caso, se M_0 representa a moda da amostra, M_D , a mediana amostral e M_E , a média aritmética, então o produto $M_0 \times M_D \times M_E$ será igual a:

- a) 80
- b) 27
- c) 56
- d) 60
- e) 64

O ENUNCIADO A SEGUIR REFERE-SE ÀS QUESTÕES 63 E 64.

Na Strategy Land, a probabilidade p de um professor engordar é igual a 0,25. Essa estimativa foi obtida com base em um levantamento por amostragem aleatória simples de 1.875 professores.

Sabendo que $P(Z < -2) = 0,025$, em que Z representa a distribuição normal padrão, julgue os itens que seguem, em relação a essa situação hipotética.

63. Em um grupo formado aleatoriamente por 5 professores, com reposição, estima-se que a probabilidade de que apenas um deles engorde é igual a

- a) 405/1024
- b) 407/1024
- c) 409/1024
- d) 411/1024
- e) 413/1024

64. Se X seguir uma distribuição binomial com parâmetros $n = 500$ e probabilidade de sucesso p , calcule a estimativa da variância.

- a) 91,25
- b) 92,75
- c) 93,75
- d) 94,65
- e) 95,45

65. Uma amostra aleatória de 9 valores de salários extraída de uma população, considerada normal e de tamanho infinito, apresentou uma média igual a R\$ 800,00 com um desvio padrão igual a R\$ 120,00. Os registros históricos indicam que a média dos salários da população é igual a R\$ 740,00. Deseja-se testar a hipótese, ao nível de significância α , se o valor da média verificada na amostra difere do valor de R\$ 740,00. Seja H_0 a hipótese nula do teste ($\mu = 740$), H_1 a hipótese alternativa ($\mu \neq 740$) e $t_{\alpha/2} > 0$ o quantil da distribuição "t" de Student, no nível de significância α , para testes bicaudais com 8 graus de liberdade. Sabendo-se que H_0 foi rejeitada, MARQUE A OPÇÃO CORRETA:

- a) $t_{\alpha/2} \leq 1,5$
- b) $t_{\alpha/2} \geq 1,5$
- c) $t_{\alpha/2} \leq 2,5$
- d) $t_{\alpha/2} \geq 2,5$
- e) $t_{\alpha/2} \leq 0,5$

CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO*Gilmar Possati*

66. Em relação às bases de mensuração, no nível da estrutura conceitual, não há como identificar apenas uma única base de mensuração que melhor atenda esse objetivo. Nesse contexto, a finalidade da mensuração é selecionar bases que reflitam, de modo mais adequado, o custo dos serviços, a capacidade operacional e financeira da entidade, de maneira que seja útil para à prestação de contas, responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão.

Diante dessa situação, a NBC TSP – Estrutura Conceitual elenca diversas bases de mensuração tanto para os ativos como para os passivos e faz a correlação entre si. Uma dessas bases corresponde ao preço líquido de venda, que trata sobre a alternativa mais eficiente do recurso para a entidade quando for alienar o ativo.

Nessa perspectiva, essa base de mensuração para os ativos pode ser associada diretamente à seguinte base de mensuração de passivos:

- a) preço presumido.
- b) custo de cumprimento.
- c) valor de mercado ativo.
- d) valor de mercado inativo.
- e) custo de liberação.

67. Com a finalidade de proporcionar a consolidação das contas públicas, houve a necessidade de criação, no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), de um mecanismo que proporcionasse a segregação dos valores a serem incluídos e excluídos na consolidação. Tal prática, consiste na utilização do 5º nível (subtítulo) das classes 1, 2, 3 e 4 do PCASP com o intuito de identificar os saldos recíprocos.

Um analista de planejamento e orçamento, recém-empossado no cargo, recebeu uma ordem de serviço para realizar uma auditoria nas contas públicas, pois havia indícios de erros na consolidação.

À luz desse entendimento e considerando o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), essa inconsistência foi ocasionada por:

- a) uma transação entre um Estado e um Município, sendo utilizado pelo Estado o dígito 5 (Inter OFSS – Município) e pelo Município o dígito 4 (Inter OFSS – Estado).
- b) uma transação entre um Município e a União, sendo utilizado pelo Município o dígito 3 (Inter OFSS – União) e pela União o dígito 5 (Inter OFSS – Município).
- c) uma transação de doação de um bem imóvel a um Estado pela União, sendo apresentada pelo dígito 1 (Consolidação), considerando-se as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas na consolidação de cada ente (operação Inter OFSS) e excluindo-se na consolidação nacional.
- d) uma transação de transferência de um imóvel da Secretaria de Habitação à Assembleia Legislativa do mesmo estado, sendo apresentada pelo dígito 1 (Consolidação), considerando-se as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas na consolidação do ente (operação Intra OFSS).
- e) uma transação da contribuição patronal de determinada prefeitura para o Regime Geral da Previdência Social (RPPS), sendo que, o ativo, o passivo, a variação patrimonial aumentativa e a variação patrimonial diminutiva deverão ser incluídos na consolidação do ente e excluídos na consolidação nacional.

68. Entende-se por despesa orçamentária toda transação dependente de autorização legislativa, na forma de consignação de dotação orçamentária, para ser efetivada.

A seguir, estão relacionadas as categorias econômicas das despesas e suas devidas aplicações. Correlacione-as, segundo a Lei nº 4.320/64.

1. Despesa de Custeio.
 2. Transferências Correntes.
 3. Investimentos.
 4. Inversões Financeiras.
 5. Transferências de Capital.
- () Despesas com a constituição de fundos rotativos.
- () Despesas com auxílios para equipamentos e instalações.
- () Despesas com contribuições da previdência social.
- () Aquisição de serviços em regime de programação especial.
- () Despesas com pessoa civil.

Assinale a opção correta em relação à ordem apresentada.

- a) 2, 3, 5, 1 e 4.
- b) 4, 5, 2, 3 e 1.
- c) 5, 3, 1, 2 e 4.
- d) 4, 3, 5, 2 e 1.
- e) 3, 4, 1, 5 e 2.

69. O Subsistema de Informação de Custos do Setor Público (SICSP) apoia a avaliação de resultados e desempenhos, permitindo a comparação entre os custos da entidade com os custos de outras entidades públicas, estimulando a melhoria do desempenho dessas entidades, além de proporcionar atuação com múltiplas dimensões, das quais permitem a análise de séries históricas de custos sob a ótica das atividades-fins ou administrativas do setor público.

Acerca desse entendimento, o custo que tem por definição a valorização interna de materiais, produtos e serviços prestados é denominado:

- a) custo estimado.
- b) custo operacional.
- c) custo predeterminado.
- d) custo padrão.
- e) custo controlável.

70. A ciência contábil no Brasil vem sofrendo várias transformações em convergências aos padrões internacionais. Diante de toda essa transformação, é importante compreender os diferentes aspectos da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) – orçamentário, patrimonial e fiscal, de modo a interpretar corretamente as informações contábeis.

Dentre esses aspectos, temos que o orçamentário consiste no registro e evidenciação do orçamento público, tanto quanto à sua aprovação quanto à sua execução.

À luz desse entendimento e considerando o que dispõe o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), um analista de planejamento e orçamento utilizará os registros de natureza orçamentária para elaboração

- a) do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e dos Balanços Financeiro e Orçamentário.
- b) do Balanço Orçamentário, do Relatório de Gestão Fiscal e do Relatório Resumido da Execução Orçamentária.
- c) do Relatório de Gestão Fiscal e do Relatório Resumido da Execução Orçamentária.
- d) dos Balanços Patrimonial, Orçamentário e Financeiro e do Relatório de Gestão Fiscal.
- e) do Relatório Resumido da Execução Orçamentária, apenas.

71. Em determinado exercício financeiro, o Município Audazes dos Pampas apresentou, através de sua contabilidade, a seguinte composição do balanço financeiro.

Descrição	Valores
Despesa Orçamentária	R\$ 147.600
Recebimentos Extraorçamentários	R\$ 45.100
Saldo em Espécie do Exercício Anterior	R\$ 105.612
Receitas Orçamentárias	R\$ 235.615
Pagamentos Extraorçamentários	R\$ 45.420
Transferências Financeiras Concedidas	R\$ 31.820
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte	R\$ 198.212
Transferências Financeiras Recebidas	R\$ 36.725

Considerando essas informações, o saldo do resultado financeiro do exercício será indicado pelo montante de:

- a) R\$ 92.920.
- b) R\$ 92.600.
- c) R\$ 88.015.
- d) R\$ 87.695.
- e) R\$ 32.140.

72. Entende-se por propriedade para investimento como a propriedade mantida para auferir renda (aluguel) ou para valorização de capital ou para ambos.

Nesse sentido, o Estado Gama possui diversas propriedades em sua posse e um analista de planejamento e orçamento ficou encarregado de realizar a classificação dessas propriedades.

Com base no que tange a NBC TSP 06 – Propriedade para Investimentos, dentre as propriedades que o Estado possui, aquela em que o analista não poderá registrar como propriedade para investimentos é

- a) a propriedade em desenvolvimento para uso futuro.
- b) o edifício desocupado, mas mantido para ser arrendado sob um ou mais arrendamentos mercantis.
- c) o terreno para uso futuro ainda sem qualquer definição.
- d) o terreno não disponível para venda, mas mantido para valorização de capital.
- e) a propriedade em desenvolvimento por conta de terceiros.

73. O Estado Beta possui dentre seus ativos um prédio histórico onde fica localizada a Secretaria de Obras e Habitação.

Determinado analista de planejamento e orçamento, recém-empossado no cargo, foi designado a evidenciar, de maneira correta, o prédio da referida secretaria.

Considerando o disposto na NBC TSP 07 – Ativo Imobilizado, o analista deverá reconhecer esse prédio na mesma base

- a) de outros ativos intangíveis.
- b) de outros patrimônios culturais.
- c) de outras propriedades para investimento.
- d) de outros ativos imobilizados.
- e) de outros ativos realizáveis a longo prazo.

74. O Município Audazes dos Pampas apresentou os seguintes saldos finais a respeito do exercício financeiro.

Descrição	Valor
Despesas Empenhadas a Liquidar	R\$ 1.750
Despesas Empenhadas Liquidadas a Pagar	R\$ 2.250
Receitas Orçamentárias	R\$ 5.000
Despesas Orçamentárias	R\$ 2.300
Disponibilidades de Caixa	R\$ 2.400

Sabe-se que o prefeito municipal estava em seu último ano de mandato. Considerando o que dispõe o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), um analista de planejamento e orçamento deverá registrar como restos a pagar o montante de:

- a) R\$ 2.400.
- b) R\$ 2.700.
- c) R\$ 4.000.
- d) R\$ 2.250.
- e) R\$ 1.750.

75. A principal finalidade da elaboração e divulgação da informação contábil é fornecer informação para fins de prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão.

As características qualitativas são atributos que tornam a informação útil para os usuários e dão suporte ao cumprimento dos objetivos da informação contábil.

Acerca desse entendimento, a característica que tem como atributo ser disponível em tempo oportuno antes que perca a sua utilidade, denomina-se:

- a) relevância.
- b) tempestividade.
- c) representação fidedigna.
- d) comparabilidade.
- e) compreensibilidade.

FINANÇAS PÚBLICAS

Celso Natale

76. Cientistas do Estado do Rio de Janeiro chegaram à conclusão de que a pesca excessiva no Estado ameaça extinguir algumas espécies de peixe, em virtude da ausência de direitos de propriedade bem definidos sobre os recursos pesqueiros.

Tal argumento tem respaldo na Teoria Econômica, e é denominado:

- a) excesso de demanda.
- b) assimetria de informações.
- c) tragédia dos comuns.
- d) maximização dos lucros.
- e) custo de oportunidade ambiental.

77. Quando analisamos as classificações dos bens segundo os atributos da rivalidade e da exclusividade, nos deparamos com um caso curioso: as rodovias. Assim, podemos dizer que uma rodovia pode ser rival ou não. A depender do congestionamento, a rodovia pode ser rival ou não. Da mesma forma, ela pode ser ou não exclusiva, a depender da cobrança de um pedágio.

Nesse sentido, analise os itens a seguir:

- I. Uma rodovia que não tenha pedágio, mas esteja bastante congestionada, é considerada um bem comum.
- II. Caso haja cobrança de pedágio, mas não tenha congestionamento, essa rodovia será um bem público puro.
- III. A rodovia será considerada um bem privado, caso esteja congestionada e haja a cobrança de pedágio.

Assinale o item abaixo, que apresenta a(s) alternativa(s) correta(s):

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) somente II.

78. Para diminuir a desigualdade na repartição de renda, o Estado pode utilizar determinados mecanismos, como transferências (diretas ou indiretas) de renda para as classes menos favorecidas, através da tributação progressiva. Além disso, é possível a adoção de políticas macroeconômicas, a fim de garantir o pleno emprego e o controle da inflação.

Com base no trecho acima, o Estado estaria desempenhando, respectivamente, as seguintes funções:

- a) Orçamentária e Reguladora
- b) Distributiva e Estabilizadora
- c) Alocativa e Distributiva
- d) Estabilizadora e Alocativa
- e) Reguladora e Distributiva

79. No que diz respeito à Eficiência Econômica, analise os itens a seguir.

- I. Situação na qual é impossível realocar os recursos de forma que um agente econômico aumente sua satisfação sem piorar a situação de outro agente econômico.
- II. Se todos fizerem transações em um mercado competitivo, todas as transações mutuamente vantajosas serão realizadas e o equilíbrio na alocação dos recursos será economicamente eficiente.

As afirmativas acima referem-se, respectivamente, ao conceitos:

- a) de Eficiência de Pareto e ao Primeiro Teorema do Bem-Estar.
- b) de Eficiência de Pareto e ao Segundo Teorema do Bem-Estar.
- c) de Primeiro e Segundo Teorema do Bem-Estar.
- d) Primeiro Teorema do Bem-Estar e Eficiência de Pareto.
- e) Segundo Teorema do Bem-Estar e Eficiência de Pareto.

80. De acordo com a Teoria da Tributação e os Princípios Tributários:

- a) Nem sempre o princípio do benefício será de fácil aplicação individual para o financiamento de qualquer bem público.
- b) A tributação sobre a renda é incapaz de atender ao princípio da capacidade.
- c) A tributação progressiva anula completamente o princípio da equidade.
- d) Ao tributar o cigarro com o intuito de reduzir seu consumo, aplica-se o princípio da neutralidade.
- e) O princípio da neutralidade condiz com os incentivos fiscais dados pelo Governo.

81. A respeito da Teoria da Tributação, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) São exemplos de impostos diretos os tributos específicos e ad valorem.
- b) Se a participação da tributação na renda dos indivíduos aumenta conforme o aumento da renda, o sistema tributário é caracterizado como progressivo.
- c) Quando o mesmo percentual de alíquota é aplicado aos diferentes níveis de renda, o sistema tributário é caracterizado como proporcional.
- d) Em um sistema tributário regressivo, o nível de distribuição de renda é mais desigual.
- e) O aumento da arrecadação de impostos diretos pode ser explicado pelo aumento de riqueza da sociedade.

82. Considere que um tributo específico sobre a venda de um bem, cuja demanda é totalmente inelástica, foi instituído em um mercado competitivo. Dessa forma, é possível concluir que o ônus do tributo será:

- a) repassado na maior parte aos produtores.
- b) totalmente suportado pelos produtores.
- c) dividido em partes iguais entre produtores e consumidores.
- d) repassado na maior parte aos consumidores.
- e) totalmente suportado pelos consumidores.

83. A respeito dos atributos da rivalidade e exclusividade de determinados bens, assinale a alternativa correta.

- a) um bem comum é caracterizado por ser não rival e excludente.
- b) um bem público é caracterizado por ser não rival e excludente.
- c) um bem público é caracterizado por ser rival e excludente.
- d) um bem privado é caracterizado por ser não rival e não excludente.
- e) um bem meritório é caracterizado por ser não rival e excludente.

84. Um imposto cuja alíquota diminui conforme aumenta sua base de cálculo é classificado como

- a) proporcional.
- b) regressivo.
- c) indireto.
- d) progressivo.
- e) programado.

85. É uma medida que reduz o déficit primário do setor público:

- a) empréstimo tomado por antecipação da receita orçamentária.
- b) aumento da base monetária.
- c) construção de pontes e viadutos.
- d) redução da taxa de juros incidente sobre a dívida pública.
- e) aumento da arrecadação.

PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO PÚBLICO

Gabriela Zavadinack

86. O planejamento é uma das funções essenciais da governança do setor público. É por meio dele que se definem as estratégias, no caso do governo federal, para orientar o rumo que se deseja para o País. Acerca das características, finalidade, estrutura básica e prazos do Plano Plurianual (PPA) federal, assinale a alternativa correta

- a) Em recente alteração no texto constitucional, estabelecer as diretrizes de política fiscal passou a ser uma das novas funções do Plano Plurianual.
- b) O PPA 2020-2023 possui apenas duas dimensões principais: a estratégica e a tática. A dimensão estratégica desdobra-se em diretrizes e temas, os quais são desdobrados em programas pela dimensão tática.
- c) O projeto de PPA deve ser enviado pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo até o dia 22 de agosto do primeiro ano do mandato e devolvido para sanção até o dia 31 de dezembro do primeiro ano do mandato.
- d) O PPA estabelece diretrizes, objetivos, metas e prioridades para a administração pública, bem como dispõe sobre as despesas de capital e sobre programas de duração continuada.
- e) No que se refere às camadas lógicas do PPA federal, os impactos se relacionam às mudanças na realidade social observadas no curto prazo, enquanto os resultados se relacionam às evidências detectadas, usualmente em prazo mais longo, das mudanças ocorridas na sociedade.

87. O princípio orçamentário segundo o qual a Lei Orçamentária Anual não consignará dotações globais destinadas a atender indiferentemente a despesas de pessoal, material, serviços de terceiros e transferências e o princípio orçamentário segundo o qual é possível conhecer o exato volume global das despesas projetadas pelo governo, bem como impedir ao Executivo a realização de qualquer operação de receita e de despesa sem prévia autorização Legislativa são, respectivamente

- a) o princípio da totalidade e o princípio da exclusividade.
- b) o princípio da exclusividade e o princípio da discriminação.
- c) o princípio da discriminação e o princípio da legalidade.
- d) o princípio da discriminação e o princípio da universalidade.
- e) o princípio da universalidade e o princípio da totalidade.

88. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais podem ser objeto de emendas parlamentares. Sobre o tema, é correto afirmar que:

- a) as emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovadas caso indiquem os recursos necessários, admitidos, em caráter de exceção, os provenientes de anulação de despesa de serviço da dívida.
- b) as emendas ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias poderão ser aprovadas ainda que haja incompatibilidade mínima com o plano plurianual, visto que não há hierarquia formal entre tais leis.
- c) os montantes relativos às emendas impositivas individuais e de bancada não poderão ser objeto de limitação de empenho.
- d) as emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou aos projetos que o modifiquem podem ser relacionadas apenas com a correção de erros ou omissões ou com dispositivos do texto do projeto de lei.
- e) caso queira realizar alguma alteração nos projetos de Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias ou Lei Orçamentária Anual, após tê-los remetido ao Poder Legislativo, o Presidente da República precisará enviar mensagem à Comissão Mista de Orçamento, a qual possui a competência para examinar e emitir parecer sobre os projetos.

89. Se um Deputado Federal pretende destinar recursos ao seu Estado, por meio de emenda parlamentar individual impositiva, e opta por instrumentalizar tal repasse por meio da transferência especial, então é correto afirmar que

- a) os recursos serão repassados diretamente ao ente federado beneficiado, desde que haja prévia celebração de convênio ou de instrumento congênere.
- b) os recursos serão aplicados nas áreas de competência constitucional da União.
- c) os recursos serão vinculados à programação estabelecida na emenda parlamentar.
- d) pelo menos 70% dos recursos deverão ser destinados ao pagamento de despesas relativas a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.
- e) os recursos pertencerão ao ente federado no ato da efetiva transferência financeira.

90. A Lei de Responsabilidade Fiscal traz diversas diretrizes para a produção de leis orçamentárias. Com relação à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), analise as afirmativas a seguir.

- I. O projeto da lei de diretrizes orçamentárias conterà o anexo de metas fiscais, o qual deverá conter a evolução do patrimônio líquido, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos.
- II. O projeto da lei de diretrizes orçamentárias conterà o anexo de riscos fiscais, em que serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas.
- III. A Lei de Diretrizes Orçamentárias conterà as medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuada.

Assinale:

- a) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- b) se somente a afirmativa I estiver correta.
- c) se somente a afirmativa II estiver correta.
- d) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- e) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.

91. A Lei Orçamentária Anual (LOA) é o orçamento propriamente dito, tendo em vista que é esse instrumento de planejamento que prevê receitas e fixa despesas. Tal lei é multidocumental, formada pelos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento das empresas, e é considerada como o planejamento operacional do governo. Nesse contexto, de acordo com as normas que regem a matéria, a LOA poderá prever:

- a) previsões de despesas para exercícios seguintes, com a especificação dos investimentos plurianuais e daqueles em andamento.
- b) demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.
- c) anexo com a proporção dos recursos para investimentos que serão alocados na lei orçamentária anual para a continuidade daqueles em andamento.
- d) avaliação da situação financeira e atuarial do regimes de previdência.
- e) normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos.

92. Com base nas classificações oficiais reservadas às despesas públicas, considere as afirmativas a seguir.

- I. A classificação por natureza da despesa e a classificação por fonte/destinação de recursos fazem parte da classificação quantitativa da despesa, ambas integrantes da dimensão financeira.
- II. A aquisição de imóveis ou de bens de capital já em utilização é uma dotação orçamentária que está classificada entre as hipóteses de inversões financeiras.
- III. Dentro da classificação funcional, a função “28 – Encargos Especiais” não pode ser objeto de matricialidade.

Assinale:

- a) se somente a afirmativa I estiver correta.
- b) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- c) se somente a afirmativa III estiver correta.
- d) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- e) se todas as afirmativas estiverem corretas.

93. A classificação da receita por natureza é utilizada por todos os entes da Federação e visa identificar a origem do recurso segundo o fato gerador, ou seja, o acontecimento real que ocasionou o ingresso da receita nos cofres públicos. Relativamente a esse tipo de classificação, está equivocado o que se afirma em

- a) As atividades de cultivo agrícola e de cultivo de espécies florestais para produção de madeira, celulose e para proteção ambiental são espécies da origem Agropecuária.
- b) A atual codificação amplia o escopo de abrangência do conceito de origem e passa a explorá-lo na sequência lógico-temporal na qual ocorrem naturalmente atos e fatos orçamentários codependentes.
- c) As taxas de ocupação e o imposto de renda são espécies da origem “Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria”.
- d) Os Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria são espécies da origem “Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria”.
- e) Aluguéis, dividendos, compensações financeiras, royalties e concessões são espécies da origem Patrimonial.

94. É a etapa da receita pública que antecede a fixação do montante de despesas que irá constar nas leis de orçamento, além de ser base para se estimar as necessidades de financiamento do governo:

- a) lançamento.
- b) arrecadação.
- c) previsão.
- d) tributação.
- e) recolhimento.

95. A despesa pública consiste no conjunto de dispêndios realizados pelo Poder Público, a fim de concretizar suas atividades e satisfazer as necessidades públicas. Sobre as etapas da despesa pública, é correto afirmar que

- a) Não se permite o empenho global de despesas, a despeito de poder haver o empenho estimativo.
- b) A descentralização de créditos orçamentários, constante da etapa de planejamento da despesa, acontece quando se realiza movimentação de parte do orçamento, mantidas as classificações institucional, funcional, programática e econômica.
- c) O empenho da despesa tem por fim apurar a origem e o objeto do que se deve pagar, a importância exata a se pagar e a quem se deve pagar para extinguir a obrigação.
- d) A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo devedor, tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.
- e) Em casos especiais previstos na legislação específica, o pagamento da despesa poderá ser efetuado antes da regular liquidação.

96. No exercício de 20X3, após a publicação da programação financeira e do cronograma de execução mensal de desembolso, a Universidade Federal do Paraná descentralizou créditos orçamentários para a Universidade Federal do Rio de Janeiro. A esse tipo de descentralização dá-se o nome de:

- a) provisão.
- b) dotação.
- c) cota.
- d) repasse.
- e) destaque.

97. O suprimento de fundos consiste na entrega de numerário a servidor, sempre precedida de empenho na dotação própria, para o fim de realizar despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação. É uma situação em que poderá ser utilizado o suprimento de fundos:

- a) Despesas que não se tenham processado na época própria, como aquelas cujo empenho tenha sido considerado insubsistente e anulado no encerramento do exercício correspondente, mas que, dentro do prazo estabelecido, o credor tenha cumprido sua obrigação.
- b) Compromissos reconhecidos após o encerramento do exercício, como a obrigação de pagamento criada em virtude de lei, mas somente reconhecido o direito do reclamante após o encerramento do exercício correspondente.
- c) Para atender a despesas corriqueiras da administração pública, que exijam pronto pagamento.
- d) Para atender a despesas de grande vulto, conforme se classificar em ato normativo próprio.
- e) Quando a despesa deva ser feita em caráter sigiloso, conforme se classificar em regulamento.

98. Suponha que a empresa de Pedro Paulo foi contratada, após regular procedimento licitatório, para realizar a pintura de toda a fachada da Prefeitura do Rio de Janeiro. O serviço foi realizado durante o ano de 20x3, havendo a inscrição da despesas em restos a pagar não processados em liquidação em 31/12/X3. Em 20X4, os restos a pagar relativos ao serviço realizado pela empresa de Pedro Paulo foram cancelados. Nesse cenário, no momento em que o credor venha a exigir o pagamento, a Administração Pública solucionará a questão da seguinte forma:

- a) responderá à empresa de Pedro Paulo que o pagamento não poderá ser realizado, tendo em vista o cancelamento dos restos a pagar.
- b) responderá à empresa de Pedro Paulo que o pagamento apenas será realizado no ano de 20X5, tendo em vista a necessidade de nova inscrição dos restos a pagar em 20X4, para pagamento no ano seguinte.
- c) responderá à empresa de Pedro Paulo que o pagamento apenas será realizado no ano de 20X5, tendo em vista a necessidade de inclusão, na Lei Orçamentária Anual de 20X5 de dotação específica para o pagamento.
- d) responderá à empresa de Pedro Paulo que o pagamento ocorrerá em 20X4, por meio de Despesas de Exercícios Anteriores.
- e) responderá à empresa de Pedro Paulo que o pagamento ocorrerá em 20X4, por meio de Suprimento de Fundos.

99. As despesas públicas que não precisam de autorização legislativa para serem realizadas são considerados dispêndios extraorçamentários e compreendem desembolsos realizados pela administração pública para quitar as obrigações decorrentes dos ingressos extraorçamentários. Pode ser considerada uma despesa extraorçamentária a(o):

- a) inscrição em restos a pagar.
- b) pagamento de operações de crédito de longo prazo.
- c) resgate de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO).
- d) despesa de custeio
- e) amortização de juros da dívida.

100. A autorização legislativa para a realização da despesa configura crédito orçamentário, o qual pode ser inicial ou adicional. Sobre a possibilidade de alterações orçamentárias durante a execução da LOA, é correto afirmar que:

- a) Os créditos suplementares e especiais serão abertos por decreto do poder executivo, mas dependem de prévia autorização legislativa.
- b) Os créditos adicionais destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica são classificados como extraordinários.
- c) A abertura de créditos adicionais especiais e extraordinários depende da existência de recursos disponíveis e deve ser precedida de exposição justificada.
- d) São exemplos de fontes de abertura de créditos adicionais o excesso de arrecadação, o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, as operações de crédito e o cancelamento de restos a pagar.
- e) Havendo a necessidade de reforço de um crédito extraordinário, isso será feito por meio de crédito suplementar.

101. É uma característica do orçamento-programa:

- a) A despeito de ser estruturado em programas, a integração entre planejamento e orçamento ainda não se faz presente nessa espécie de orçamento.
- b) Considerar as necessidades financeiras das unidades governamentais é crucial no momento da alocação dos recursos.
- c) Possui ênfase nos aspectos contábeis e de gerenciamento de negócios.
- d) Visa à consecução de objetivos e metas.
- e) Os mecanismos de controle estão focados na legalidade do cumprimento do programa de trabalho e na honestidade do gestor público.

102. São Restos a Pagar todas as despesas regularmente empenhadas, mas não pagas até 31 de dezembro do exercício financeiro vigente. Distinguem-se dois tipos de restos a pagar: os processados e os não processados. Com fundamento no regramento que rege a matéria, assinale a alternativa incorreta:

- a) A inscrição de restos a pagar deve observar as disponibilidades financeiras e condições da legislação pertinente, de modo a prevenir riscos e corrigir desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, conforme estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal.
- b) Se o prazo para cumprimento da obrigação assumida pelo credor estiver vigente em 31 de dezembro do exercício, a despesa será inscrita em restos a pagar não processados a liquidar.
- c) Se o serviço ou material contratado tenha sido prestado ou entregue e que se encontre, em 31 de dezembro do exercício financeiro em fase de verificação do direito adquirido pelo credor, será inscrito em restos a pagar processados em liquidação.
- d) No momento do pagamento, os restos a pagar constituem despesa extraorçamentária, tendo em vista que o empenho consta de Lei Orçamentária Anual do exercício anterior.
- e) Os Restos a Pagar do exercício serão computados na receita extraorçamentária para compensar sua inclusão na despesa orçamentária.

103. O Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal compreende as atividades de elaboração, acompanhamento e avaliação de planos, programas e orçamentos, e de realização de estudos e pesquisas socioeconômicas. De acordo com o regramento previsto na Lei nº 10.180/2001, os órgãos específicos desse sistema são:

- a) as unidades de planejamento e orçamento dos Ministérios, da Advocacia-Geral da União, da Vice-Presidência e da Casa Civil da Presidência da República.
- b) aqueles vinculados ou subordinados ao órgão central do Sistema, cuja missão está voltada para as atividades de planejamento e orçamento.
- c) as unidades de programação financeira dos Ministérios, da Advocacia-Geral da União, da Vice-Presidência e da Casa Civil da Presidência da República.
- d) as unidades de gestão interna dos Ministérios e da Advocacia-Geral da União.
- e) aqueles de controle interno que integram a estrutura do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Defesa, da Advocacia-Geral da União e da Casa Civil.

104. Analise as seguintes características:

- I. É uma identificação orçamentária, de caráter gerencial, vinculada à ação orçamentária.
- II. Objetiva permitir que, tanto a elaboração do orçamento quanto o acompanhamento físico e financeiro da execução, ocorram num nível mais detalhado do que o do subtítulo/localizador de gasto.
- III. Seu uso não é obrigatório.
- IV. Um de seus possíveis usos permite identificar a geração de produtos ou serviços intermediários ou a aquisição de insumos utilizados na geração do bem ou serviço final da ação orçamentária.

Os quatro itens acima dizem respeito a(ao):

- a) projeto.
- b) atividade.
- c) operação especial.
- d) plano orçamentário.
- e) programa de trabalho.

105. O Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO é exigido pela Constituição Federal, que estabelece em seu artigo 165, parágrafo 3º, que o Poder Executivo o publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre. A Lei de Responsabilidade Fiscal e o Manual de Demonstrativos Fiscais, por sua vez, estabelecem as normas para elaboração e publicação do RREO. É um demonstrativo presente nesse relatório o que se encontra em:

- a) Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas.
- b) Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida.
- c) Demonstrativo das Operações de Crédito.
- d) Demonstrativo das Garantias e Contragarantias.
- e) Demonstrativo da Despesa com Pessoal.

106. O Relatório de Gestão Fiscal, previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), tem como objetivo dar transparência à gestão fiscal do titular do Poder/órgão, principalmente por meio da verificação do cumprimento dos limites. Nos termos da referida lei, o RGF será publicado

- a) ao final de cada quadrimestre, apenas pelo Poder Executivo.
- b) ao final de cada bimestre, apenas pelo Poder Executivo.
- c) ao final de cada bimestre, pelos titulares de Poderes e órgãos.
- d) ao final de cada quadrimestre, pelos titulares de Poderes e órgãos.
- e) ao final de cada semestre, apenas pelo Poder Executivo.

107. Se o Poder Executivo do Rio de Janeiro verificar, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, deverá promover, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, a qual poderá recair sobre despesas

- a) decorrentes de obrigações constitucionais.
- b) ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.
- c) relativas ao pagamento do serviço da dívida.
- d) relativas à inovação custeadas por fundo criado para tal finalidade.
- e) relativas à construção de uma creche.

108. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, demonstrar a origem dos recursos para o custeio e comprovar que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo de metas fiscais são alguns dos requisitos para:

- a) despesa obrigatória de caráter continuado.
- b) desapropriação de imóveis urbanos.
- c) execução de obras.
- d) empenho e licitação de serviços.
- e) concessão de isenção em caráter não geral.

109. A Lei de Responsabilidade Fiscal traz diversos dispositivos relativos à dívida pública, tendo em vista a relação entre o endividamento e a saúde fiscal dos entes federativos. Sobre a dívida e o endividamento, de acordo com a LC 101/2000, afirma-se corretamente que

- a) Para fins de verificação do atendimento do limite do endividamento, a apuração do montante da dívida consolidada de municípios com menos de 50 mil habitantes pode ser realizada semestralmente.
- b) Os limites para dívida pública, operações de crédito e concessão de garantia são fixados em percentual da reserva de contingência.
- c) Se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subsequentes, reduzindo em pelo menos um terço o excedente no primeiro quadrimestre.
- d) Os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos não integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites.
- e) Enquanto perdurar o excesso da dívida, o ente que nele houver incorrido estará proibido de realizar operações de crédito, ressalvada a possibilidade de contratação de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO).

110. No orçamento de um dado exercício financeiro, a Câmara Municipal do Rio de Janeiro tinha como limite máximo de despesa com pessoal o montante de R\$ 500 milhões. O órgão deverá receber um alerta do Tribunal de Contas competente após a apuração do quadrimestre em que a despesa total com pessoal ultrapassar:

- a) R\$ 400 milhões.
- b) R\$ 450 milhões.
- c) R\$ 475 milhões.
- d) R\$ 480 milhões.
- e) R\$ 500 milhões.

MATEMÁTICA FINANCEIRA

Carlos Henrique

111. Carlos Henrique comprou um tablet que custava R\$ 4.000,00 à vista, pagando em duas parcelas:

- a primeira, no ato da compra, no valor de R\$ 2.200,00;
- a segunda, um mês após a compra, no valor de R\$ 2.250,00.

A taxa mensal de juros cobrada de Carlos Henrique nessa compra foi de:

- a) 5%;
- b) 10%;
- c) 15%;
- d) 20%;
- e) 25%.

112. Em 2021 a receita da empresa Strategy foi 60% superior a de 2020. Em 2022 a receita foi 40% inferior a de 2021. A expectativa para 2023 é de que a receita seja 10% inferior a de 2020. Se for confirmada essa expectativa, de 2022 para 2023 a receita da empresa Strategy vá

- a) diminuir em 6,25%.
- b) aumentar em 4%.
- c) diminuir em 4%.
- d) diminuir em 4,75%.
- e) diminuir em 5,5%.

113. Analise as afirmativas a seguir, a respeito de sistemas de amortização de empréstimos:

- I. No sistema francês, as prestações são constantes; os juros, decrescentes; e as amortizações, crescentes.
- II. No sistema de amortização constante (SAC), as amortizações são constantes; as prestações, crescentes; e os juros, decrescentes.
- III. No sistema americano de amortização, apenas os juros são pagos durante o financiamento, e, ao final do prazo, a dívida é amortizada de uma só vez.

Assinale:

- a) se somente a afirmativa I estiver correta.
- b) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- c) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- d) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- e) se todas as afirmativas estiverem corretas.

114. Uma pessoa tomou um empréstimo imobiliário no valor de R\$ 240.000,00 para ser pago em 120 prestações mensais pelo Sistema de Amortizações Constantes - SAC, a uma taxa de 1,5% ao mês, sem carência, vencendo a primeira prestação ao fim do primeiro mês, a segunda ao fim do segundo mês, e assim sucessivamente. Marque o valor mais próximo da décima segunda prestação.

- a) R\$ 5.270,00
- b) R\$ 5.420,00
- c) R\$ 5.300,00
- d) R\$ 5.360,00
- e) R\$ 5.330,00

115. Juan pegou um empréstimo de R\$ 1.500,00 a juros compostos de 10% ao mês para comprar uma televisão. Dois meses depois ele pagou R\$ 815,00 e dois meses após esse pagamento ele liquidou o empréstimo. Qual foi o valor do último pagamento?

- a) R\$ 1210,00
- b) R\$ 1110,00
- c) R\$ 1000,00
- d) R\$ 1150,00
- e) R\$ 960,00

116. O desconto comercial simples de um título quatro meses antes do seu vencimento é de R\$ 600,00. Considerando uma taxa de 5% ao mês, obtenha o valor correspondente no caso de um desconto racional simples.

- a) R\$ 400,00
- b) R\$ 800,00
- c) R\$ 500,00
- d) R\$ 700,00
- e) R\$ 600,00

117. Um empréstimo no valor de R\$ 80.000,00 deverá ser pago por meio de 5 prestações mensais, iguais e consecutivas, vencendo a primeira um mês após a data da concessão do empréstimo. Sabe-se que foi utilizado o Sistema Francês de Amortização (Tabela Price) com uma taxa de juros compostos de 3% ao mês, encontrando-se R\$ 17.468,00 para o valor de cada prestação. Imediatamente após o pagamento da primeira prestação, se S representa o percentual do saldo devedor com relação ao valor do empréstimo, então

- a) $81\% \leq S < 82\%$
- b) $80\% \leq S < 81\%$
- c) $79\% \leq S < 80\%$
- d) $78\% \leq S < 79\%$
- e) $77\% \leq S < 78\%$

118. Um investimento no valor de R\$ 200.000,00 é realizado no início de um determinado ano. No final deste ano, o montante referente a este investimento é resgatado totalmente, e o seu valor foi de R\$ 238.560,00. Se a taxa de inflação no período deste investimento foi de 12%, então a taxa aparente e a taxa real correspondentes no mesmo período foram iguais a, respectivamente,

- a) 18,50% e 7,28%.
- b) 18,50% e 6,50%
- c) 19,28% e 7,28%.
- d) 19,28% e 6,78%.
- e) 19,28% e 6,50%.

119. Ao descontar em um banco, 2 meses antes de seu vencimento, um título de valor nominal igual a R\$ 30.000,00, uma empresa recebe na data da operação de desconto comercial simples o valor de R\$ 28.500,00. Utilizando a mesma taxa de desconto anterior e ainda a operação de desconto comercial simples, descontando um título de valor nominal de R\$ 24.000,00, 3 meses antes de seu vencimento, receberá

- a) R\$ 20.000,00
- b) R\$ 21.000,00
- c) R\$ 22.000,00
- d) R\$ 22.200,00
- e) R\$ 22.500,00

120. Um empréstimo, tomado no sistema de amortização francês, foi quitado em 5 prestações mensais, consecutivas e iguais a R\$ 836,00. A primeira prestação venceu em um mês após a tomada do empréstimo, e a taxa de juros nominal do financiamento era de 54% ao ano. Na data de vencimento da quarta prestação, o tomador do empréstimo pagou, juntas, a quarta e a quinta prestações, quitando o empréstimo. Nesse caso, o valor pago nessa data foi igual a

- a) R\$ 1.412,55.
- b) R\$ 1.600,00.
- c) R\$ 1.634,38.
- d) R\$ 1.636,00.
- e) R\$ 1.672,00.

DIREITO FINANCEIRO

Leandro Ravyelle

121. A Constituição Federal de 1988 recuperou a figura do planejamento na Administração Pública brasileira, com a integração entre plano e orçamento por meio da criação do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias. O PPA, assim como a LDO, é uma inovação da CF/1988. Em relação aos instrumentos de planejamento, assinale a alternativa correta.

- a) A LDO surgiu almejando ser o elo entre o planejamento mais próximo do estratégico (PPA) e o planejamento operacional (LOA).
- b) A relevância do PPA reside no fato de ter conseguido diminuir a distância entre o plano e as LOA's, as quais dificilmente conseguiam incorporar as diretrizes dos planejamentos existentes antes da CF/1988.
- c) os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados por cada casa, em separado, primeiramente pela comissão mista respectiva.
- d) A CF/88 rechaçou em partes a concepção que associa planejamento e orçamento como elos de um mesmo sistema, ao tornar obrigatória a elaboração de planos plurianuais abrangendo as despesas de capital e demais programas de duração continuada, embora tenha retirado atribuições em relação ao que dispunha a CF/67.
- e) a LDO é um instrumento desse planejamento que define metas com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas, orientar a definição de prioridades e auxiliar na promoção do desenvolvimento sustentável.

122. Em relação ao atual plano plurianual e as disposições técnicas em matéria orçamentária, assinale a alternativa incorreta.

- a) O Plano Plurianual à PPA é o instrumento de planejamento do Governo Federal que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- b) O PPA 2020-2023 aproximou a orientação estratégica dos Programas Temáticos, demonstrando como a estratégia geral do governo se conecta com os objetivos e metas da dimensão programática e permitindo ver as principais diretrizes de governo e sua relação com os Objetivos estabelecidos para os Programas Temáticos.
- c) No atual PPA são os Eixos e as Diretrizes Estratégicas que norteiam a implantação das políticas e a construção dos Programas Temáticos, permitindo melhor acompanhamento da execução das ações com vistas a assegurar que os resultados pretendidos sejam efetivamente.
- d) A dimensão tática do plano reflete a agenda de governo que o chefe do Poder Executivo, por meio dos seus ministros, pretende implementar. São as prioridades definidas pela cúpula de governo, e representam tradução dos compromissos do presidente eleito para o País.
- e) O PPA 2020-2023 – na condição de estratégia global do governo federal – inova ao apresentar apenas 2 dimensões principais – estratégica e tática. Assim, o PPA 2020-2023 atuará como mecanismo facilitador das decisões estratégicas de cada ministério, ancorando-as por meio de seus programas.

123. A dimensão operacional compreende o conjunto de ações orçamentárias incluídas na Lei Orçamentária Anual (LOA), bem como ações não orçamentárias. Essa dimensão extrapola o conteúdo do PPA, sendo incluída apenas no âmbito do monitoramento. É possível adiantar, no entanto, que os Programas serão desdobrados em Ações Orçamentárias e Não Orçamentárias, ambas contribuindo para o alcance dos objetivos dos Programas. Para viabilizar o monitoramento, tais ações possuem informações sobre produto e metas físicas a serem atingidas, que podem ser compreendidas como “quantidade de produto a ser ofertado por ação, de forma regionalizada, e instituída para o exercício”. Assinale o item que traz a correta definição de ações não orçamentárias.

- a) Projetos, atividades e operações especiais. Elas representam um detalhamento dos programas, por vezes segmentando os trabalhos com bases em linhas específicas para atender as necessidades da sociedade ou até de outros entes da federação.
- b) Por meio das ações não orçamentárias, o governo executa os programas e avança nos objetivos para cada uma das áreas (funções).
- c) compõem-se de recursos oriundos de setor privado, das agências oficiais de crédito, do terceiro setor, dos incentivos fiscais, dos fundos constitucionais de financiamento regional, dos fundos administrados pelo Governo Federal e dos dispêndios correntes das empresas estatais, bem como de parcerias e contrapartidas de Estados e Municípios.
- d) se encontra alinhada à visão de planejamento de longo prazo do governo.
- e) São concebidas com o objetivo de orientar, articular e influenciar as discussões dos demais instrumentos do planejamento do desenvolvimento nacional equilibrado (planos nacionais, setoriais e regionais e o plano plurianual)

124. Os programas são instrumentos de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual. Além disso, fica o Poder Executivo federal autorizado a promover alterações no PPA 2020-2023, em ato próprio, exceto para

- a) conciliar com o PPA 2020-2023 as alterações promovidas pelas leis orçamentárias anuais e pelas leis de crédito adicional, podendo alterar o valor global do programa
- b) adequar vinculações entre ações orçamentárias e programas
- c) alterar metas
- d) incluir, excluir ou alterar valor global do programa, em razão de alteração de fontes de financiamento com recursos não orçamentários
- e) incluir, excluir ou alterar o programa de trabalho, desde que se mantenha a dimensão estratégica como vinculante.

125. O orçamento público é um processo contínuo, dinâmico e flexível e constantemente alterado ao longo dos anos. Além disso, é por meio dele que se elabora, planeja, aprova, executa, controla, avalia a programação de dispêndios do setor público nos aspectos físico e financeiro. Logo, não é um conceito estático e que ficou inalterado com o passar do tempo. Em relação às disposições vigentes no ordenamento jurídico brasileiro em matéria orçamentária, está equivocado o que se elenca em:

- a) No âmbito federal, a competência para a gestão administrativa e judicial da dívida ativa é da Advocacia Geral da União (AGU), sendo a dívida ativa tributária gerida pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).
- b) Mesmo com a restrição de cumprir programações orçamentárias de maior prazo, a anualidade orçamentária é uma regra de aceitação praticamente unânime dentre as técnicas e doutrinas modernas.
- c) Conforme entendimento do princípio da não-afetação de receitas de impostos, nenhuma parcela da receita geral poderá ser reservada ou comprometida para atender a certos e determinados gastos.
- d) Um orçamento altamente especificado, em conformidade com o princípio da especialização, evita que se forneçam condições ideais para a fiscalização parlamentar, pois acaba por coibir a expansão das atividades governamentais, fortalecendo, assim, o aspecto político do orçamento.
- e) Foi com a escola Keynesiana que tem-se a reação mais clara e organizada ao princípio do equilíbrio orçamentário.

126. Acerca do Controle externo na Constituição Federal, assinale a alternativa correta

- a) A Comissão mista permanente - CMO, diante de indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob a forma de investimentos não programados ou de subsídios não aprovados, poderá solicitar à autoridade governamental responsável que, no prazo de quinze dias, preste os esclarecimentos necessários.
- b) Entendendo o Tribunal irregular alguma despesa, a Comissão Mista Permanente, se julgar que o gasto possa causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública, proporá ao Congresso Nacional sua sustação.
- c) O Tribunal de Contas da União, integrado por sete Ministros, tem sede no Distrito Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional.
- d) Os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Superior Tribunal Federal
- e) Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade subsidiária.

127. A execução orçamentária e financeira ocorrem concomitantemente, por estarem atreladas uma a outra. Havendo orçamento e não existindo o financeiro, não poderá ocorrer a despesa. Por outro lado, pode haver recurso financeiro, mas não se poderá gastá-lo, se não houver a disponibilidade orçamentária. Em relação aos instrumentos de descentralização, assinale a alternativa correta.

- a) As descentralizações de créditos orçamentários ocorrem quando for efetuada movimentação de parte do orçamento, permitindo-se, para tanto, a alteração, quando viável ao planejamento de governo, das classificações institucional, funcional, programática e econômica, para que outras unidades administrativas possam executar a despesa orçamentária.
- b) conveniente é o órgão da administração pública federal direta ou entidade da administração pública federal indireta, responsável pela transferência dos recursos financeiros ou pela descentralização dos créditos orçamentários destinados à execução do objeto do convênio.
- c) convênio é o acordo, ajuste ou qualquer outro instrumento que discipline a transferência de recursos financeiros de dotações consignadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União e tenha como partícipe, de um lado, órgão ou entidade da administração pública federal, direta ou indireta, e, de outro lado, órgão ou entidade da administração pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, ou ainda, entidades privadas sem fins lucrativos, visando a execução de programa de governo, envolvendo a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação.
- d) O termo de execução descentralizada é um Instrumento por meio do qual a descentralização de créditos entre órgãos e entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e de Investimentos da União é ajustada, com vistas à execução de programas, de projetos e de atividades, nos termos estabelecidos

no plano de trabalho e observada a classificação funcional programática.

e) Compete à unidade descentralizada aprovar a prorrogação da vigência do TED ou realizar sua prorrogação

128. Uma vez aprovada a LOA e registrados os créditos orçamentários no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), inicia-se o processo de execução da despesa, surgindo a necessidade de programar os recursos financeiros para o pagamento dessas despesas. Em relação às etapas da programação financeira, assinale a alternativa correta.

a) na primeira etapa, Unidade orçamentária registra o pedido da Proposta de Programação Financeira (PPF) no SIAFI, endereçada aos Órgãos Setoriais.

b) na primeira etapa, os Órgãos Setoriais consolidam as PPFs e também elaboram e registram a PPF consolidada endereçada ao órgão central.

c) na segunda etapa, a aprovação é feita pelo órgão central via registro no SIAFI de uma Proposta de Programação Financeira (PPF), aprovando a liberação dos recursos. Os Órgãos Setoriais, por sua vez, também elaboram e registram no SIAFI a PPF.

d) na terceira etapa, a Liberação percorre dois estágios: do Órgão setorial para o Órgão Central; do Órgão Central para as Unidades Gestoras.

e) A liberação de recursos pelo órgão central recebe a denominação de “dotação”, e a liberação pelo órgão setorial pode ser feita mediante repasse ou sub-repasse.

129. Para que uma dívida se torne "dívida ativa" é essencial que o crédito seja líquido e certo e esteja vencido. Embora sejam admitidos recurso e prova em contrário (presunção relativa), a certidão de dívida ativa possui caráter líquido e certo. A respeito do que dispõe o manual de contabilidade aplicado ao setor público, é correto o que se afirma em

a) As receitas de dívida ativa não incluem a atualização monetária, a multa e os juros de mora.

b) A atualização monetária deve ser lançada, no mínimo, mensalmente, de acordo com índice ou forma de cálculo pactuada ou legalmente incidente.

c) A inscrição de créditos em dívida ativa representa contabilmente uma Variação Ativa oriunda de um fato permutativo resultante da transferência de um valor não recebido no prazo estabelecido, dentro do próprio Passivo.

d) Não poderão ser encaminhados para inscrição em dívida ativa os créditos já reconhecidos como créditos a receber no ativo do órgão/entidade de origem do crédito.

e) Com relação ao Ente público, resta configurado um fato permutativo (resultante de um fato aumentativo e outro diminutivo dentro do mesmo órgão), bem como para o órgão competente para a inscrição e para o órgão de origem do crédito a receber.

130. Denomina-se “Fonte/Destinação de Recursos” a cada agrupamento de receitas que possui as mesmas normas de aplicação. A fonte, nesse contexto, é instrumento de Gestão da Receita e da Despesa ao mesmo tempo, pois tem como objetivo assegurar que determinadas receitas sejam direcionadas para financiar atividades (despesas) do governo em conformidade com Leis que regem o tema. É uma classificação tanto da receita como da despesa. Corresponde a uma fonte de recursos do governo federal, exceto:

- a) 1 - Recursos Arrecadados no Exercício Corrente
 - b) 3 - Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores
 - c) 7 - Recursos de Operações de Crédito Ressalvadas pela Lei de Crédito Adicional da Regra de Ouro
 - d) 8 – Recursos não vinculados
 - e) 9 - Recursos Condicionados
-

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
